

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMUNS ÀS ESPECIALIDADES DO CARGO TDAS

QUESTÃO 1



A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) inovou ao estruturar a assistência social sob a lógica da garantia de seguranças sociais, afastando-se do modelo tutelar e assistencialista histórico. Com base nas diretrizes da PNAS/2004, em relação à segurança de acolhida para o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, é correto afirmar que se deve assegurar o(a)

- (A) transferência direta de renda a todos os cidadãos desempregados, compensando o valor do salário mínimo inadequado e garantindo a autonomia financeira a esses sujeitos.
- (B) garantia de espaços e serviços públicos com oferta profissionalizada de recepção, de escuta qualificada e de abordagem em territórios de incidência de situações de risco.
- (C) internação de indivíduos em situação de rua em caso de dependência química, garantindo que o convívio social seja restabelecido apenas após a superação total do quadro identificado.
- (D) fortalecimento do convívio familiar e comunitário para a garantia da segurança de acolhida, sendo facultativa a oferta de espaços físicos de recepção e de escuta qualificada aos usuários.
- (E) vinculação do acesso aos serviços de acolhida à comprovação de vínculo empregatício anterior do usuário, como forma de assegurar sua reinserção prioritária no mercado de trabalho formal.

QUESTÃO 2



Um município de grande porte elaborou diagnóstico socioterritorial que identificou duas realidades: na primeira, bairros periféricos concentravam famílias em extrema pobreza e com acesso precário a serviços públicos, mas com vínculos familiares e comunitários preservados; na segunda, áreas centrais apresentavam pessoas em situação de rua e adolescentes submetidos ao trabalho infantil.

Com base nessa situação hipotética e na organização das proteções socioassistenciais estabelecida pela PNAS/2004, assinale a opção que apresenta corretamente as respostas às duas realidades, na ordem disposta.

- (A) proteção social básica nas duas realidades, porque ambas decorrem de vulnerabilidade econômica e territorial
- (B) proteção social básica na primeira e proteção social especial na segunda, com ofertas definidas conforme a complexidade das violações
- (C) proteção social especial de alta complexidade na primeira e proteção social especial de média complexidade na segunda
- (D) proteção social básica na primeira e proteção social especial de média complexidade para todos os grupos da segunda
- (E) proteção social especial de média complexidade na primeira e proteção social básica na segunda

QUESTÃO 3



Durante o planejamento de um novo projeto de acompanhamento familiar, a equipe técnica de um CRAS discutiu sobre como a família deve ser compreendida e abordada nas políticas públicas contemporâneas.

Com base nessa situação hipotética e considerando que a matricialidade sociofamiliar é um dos eixos estruturantes da PNAS/2004, é correto afirmar que a concepção que deve guiar o trabalho social da equipe é a de que o(a)

- (A) família deve ser compreendida unicamente como uma unidade de cálculo econômico, com o objetivo de evitar margens subjetivas, com a aferição de renda per capita, pois esse é o critério para a inserção familiar em programas de proteção social.
- (B) família deve ser reconhecida como um espaço homogêneo e acima de contradições, devendo a intervenção do Estado ocorrer apenas para restaurar o modelo de família nuclear.
- (C) grupo familiar deve ser o foco prioritário por ser o núcleo afetivo e de obrigações mútuas, sendo necessário reconhecê-lo como sujeito de direitos e prover condições para a sua manutenção, respeitando os seus diversos arranjos e a diversidade sociocultural.
- (D) política de assistência social deve atuar para substituir as funções da família sempre que houver qualquer vulnerabilidade, retirando de imediato a responsabilidade do grupo sobre as crianças e idosos, por uma questão preventiva.
- (E) intervenção socioassistencial deve focar exclusivamente no indivíduo, independentemente das condições de sua família, uma vez que a PNAS/2004 considera que as famílias em pobreza não detêm capacidade de exercer a função protetiva.

QUESTÃO 4



Um secretário de assistência social de uma metrópole brasileira com mais de dois milhões de habitantes analisou os dados globais do município, os quais indicaram uma alta renda per capita média e bons índices gerais de desenvolvimento humano. No entanto, ciente das diretrizes da PNAS/2004 sobre territorialização e vigilância socioassistencial, o secretário decidiu utilizar o geoprocessamento para mapear os territórios de forma mais desagregada.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que essa decisão político-administrativa fundamenta-se na premissa da PNAS/2004 de que

- (A) as políticas públicas devem priorizar a segmentação do atendimento por categorias, como idosos, crianças e mulheres, independentemente do território, pois a desigualdade social no Brasil afeta tais grupos de maneira uniforme naquele determinado perímetro.
- (B) o uso do território deve servir primariamente para homogeneizar o financiamento da rede não governamental, distribuindo recursos em partes iguais para todos os bairros, o que garantirá, assim, o princípio da universalidade.
- (C) o princípio da territorialização reconhece que os grandes municípios tendem a possuir importantes desigualdades intraurbanas. Logo, a vigilância social deve identificar os territórios de maior incidência de riscos e de vulnerabilidades para direcionar uma intervenção estatal proativa, superando as limitações das médias estatísticas globais.
- (D) o município, possuindo alto desenvolvimento humano global, está dispensado da oferta de proteção social básica, devendo utilizar o geoprocessamento com a finalidade de identificar locais para a construção de abrigos de alta complexidade.
- (E) a assistência social, sendo uma política voltada à garantia da cidadania básica, deve aplicar a territorialização voltada às zonas rurais, uma vez que é onde reside a maior parte da população em situação de pobreza, devendo a aplicação urbana ficar a cargo da previdência social.

QUESTÃO 5



Um indivíduo em situação de rua decidiu procurar uma unidade de atendimento do SUAS. Ele necessitava, com urgência, de alimento, de roupas e de um abrigo temporário. A equipe do SUAS que o atendeu conseguiu oferecer esses itens essenciais, além de um espaço em condições de recebê-lo e de escutar sua história e compreender suas demandas.

Com base nessa situação hipotética e segundo as regras que organizam a assistência social, esse tipo de atendimento garante, principalmente, a segurança de

- (A) convívio ou convivência familiar e comunitária.
- (B) desenvolvimento de autonomia social.
- (C) rendimento e sobrevivência.
- (D) acolhida.
- (E) apoio e auxílio circunstancial.

QUESTÃO 6



Durante a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, a equipe técnica da Secretaria de Assistência Social debateu a correta subordinação dos comandos legais que regem o SUAS para a elaboração de seus relatórios. Quando se referiram à “descentralização político-administrativa e ao comando único das ações em cada esfera de governo”, os textos da LOAS e da NOB/SUAS/2012 estão tratando de

- (A) um princípio ético estruturante de oferta de proteção socioassistencial.
- (B) uma diretriz que serve de base para a organização e para a gestão da assistência social.
- (C) um objetivo central do SUAS voltado especificamente à proteção social básica.
- (D) uma das seguranças socioassistenciais afiançadas diretamente pelo Estado.
- (E) uma função de defesa social e institucional privativa do governo federal.

QUESTÃO 7



Um CRAS implementou um projeto voltado a jovens em situação de vulnerabilidade. O escopo do projeto previu a oferta de atividades que visem à construção e à restauração de laços de pertencimento e de solidariedade, ao mesmo tempo em que ofereceu ações voltadas ao desenvolvimento de habilidades para o exercício do protagonismo e para a conquista de maiores graus de independência pessoal e de qualidade de vida.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que as ações desse projeto concretizam, direta e concomitantemente, as seguintes seguranças afiançadas pelo SUAS, que são

- (A) a sobrevivência econômica e o apoio institucional circunstancial.
- (B) a acolhida e a segurança de renda.
- (C) o convívio ou convivência familiar, comunitária e social e o desenvolvimento de autonomia.
- (D) a acolhida especializada e a sobrevivência.
- (E) o desenvolvimento de autonomia e o apoio exclusivo em bens materiais.

QUESTÃO 8

A garantia de proteção socioassistencial no âmbito do SUAS estrutura-se de forma sistêmica, integrada e territorial. A respeito dessa estruturação, dos níveis de proteção e da natureza das intervenções, consoante aos preceitos da NOB/SUAS/2012 e da LOAS, é correto afirmar que o SUAS pressupõe a

- (A) subordinação da rede privada de assistência social ao financiamento federal, desconsiderando a gestão municipal e a territorialização.
- (B) centralização do comando das ações na esfera federal, como forma de garantir a homogeneidade universal do atendimento nos CRAS e CREAS.
- (C) precedência da proteção social básica, com o objetivo de prevenir situações de risco social e pessoal, adotando uma dimensão proativa e uma intervenção planejada.
- (D) focalização do atendimento nos indivíduos em situação de extrema pobreza que já tiveram seus direitos violados, caracterizando o SUAS como um sistema de natureza reativa.
- (E) desvinculação da assistência social das demais políticas setoriais, a fim de garantir seu orçamento próprio de forma isolada.

QUESTÃO 9



A segurança de renda, no contexto do SUAS, é basilar para a proteção social não contributiva no Brasil. Conforme a concepção estabelecida pela PNAS/2004 e consolidada pela NOB/SUAS/2012, a segurança de renda

- (A) constitui uma compensação econômica tendo como base o salário mínimo para indivíduos que comprovem ao menos uma contribuição prévia mínima à seguridade social.
- (B) opera por meio de benefícios eventuais em pecúnia, condicionados à demonstração de conduta moral condizente e à ausência de rendimentos na família extensa.
- (C) é a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir a sobrevivência, não se tratando de simples compensação pelo salário insuficiente, mas, sim, de direito de cidadãos não incluídos no sistema contributivo que apresentem vulnerabilidades.
- (D) tem caráter eminentemente tutelar, visando substituir temporariamente a renda do trabalho formal até que o indivíduo seja absorvido pelo mercado por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
- (E) destina-se a compensar financeiramente vítimas de calamidades públicas, constituindo-se no pilar financeiro da proteção social especial de alta complexidade, visto que as provisões monetárias de longo prazo são de competência exclusiva do sistema previdenciário contributivo.

QUESTÃO 10



Durante a revisão do plano de assistência social de um município, a qual tinha por finalidade uma melhor adequação à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e à NOB/SUAS/2012, foram propostas cinco alterações na gestão da rede local. Assinale a opção correta a respeito da proposta que está em estrita conformidade com o regime jurídico e conceitual do SUAS.

- (A) assumir a concessão e a manutenção financeira do BPC com recursos do fundo municipal, visando materializar a diretriz do comando único local
- (B) substituir a oferta de serviços continuados para jovens pelo pagamento de benefícios em pecúnia, garantindo, assim, a segurança de convívio familiar e comunitário
- (C) desvincular as ações de assistência social das áreas de saúde e de educação, focando no atendimento setorializado para assegurar a eficácia e a primazia da responsabilidade do Estado
- (D) estruturar a segurança de acolhida para além do abrigo físico, garantindo que as instalações e as ações profissionais estejam com condições de recepção, de escuta qualificada, de informação e de referência
- (E) priorizar o atendimento responsivo na Proteção Social Básica (PSB), de modo que o acesso aos CRAS seja destinado às famílias que já sofreram violação de direitos

QUESTÃO 11



De acordo com a NOB/SUAS/2012, a função da política de assistência social responsável pela produção, pela sistematização e pela análise de informações territorializadas é denominada

- (A) gestão do trabalho e de educação permanente.
- (B) pacto de aprimoramento do SUAS.
- (C) vigilância socioassistencial.
- (D) proteção social especial de alta complexidade.
- (E) defesa social e institucional.

QUESTÃO 12



De acordo com as normas da NOB/SUAS/2012 e da NOB-RH/SUAS no que concerne à gestão do trabalho, assinale a opção que apresenta uma ação correta para a estruturação do processo de trabalho e a valorização do trabalhador no SUAS.

- (A) terceirização do atendimento para ONGs, isentando, assim, o município de encargos financeiros e trabalhistas
- (B) contratação progressiva de voluntários da comunidade local para fortalecer a participação popular, reduzindo assim, a necessidade de assistentes sociais e psicólogos
- (C) instituição de planos de cargos, carreira e salários (PCCS) e realização de concurso público, na perspectiva da despreciação da relação e das condições de trabalho
- (D) repasse da responsabilidade de capacitação para a União, visto que o município não possui competência orçamentária para a gestão do trabalho
- (E) adoção da remuneração dos profissionais por produtividade, tendo como base a quantidade de benefícios eventuais concedidos e o número de atendimentos realizados

QUESTÃO 13



Durante uma forte enchente em um município de médio porte, dezenas de famílias perderam seus pertences e necessitaram de provisões de emergência (como colchões e cestas básicas) que, no âmbito do SUAS, podem ser garantidas por meio da oferta de benefícios eventuais. O prefeito alegou que não pode usar o orçamento municipal para a compra imediata desses itens, afirmando que a legislação do SUAS define que o custeio e a regulamentação dos benefícios eventuais são de responsabilidade exclusiva e direta do governo federal. À luz da NOB/SUAS 2012 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a alegação do prefeito

- (A) encontra respaldo na legislação federal, uma vez que a União concentra o fundo de contingência para benefícios eventuais, cujo repasse aos municípios é feito após a decretação federal de calamidade pública.
- (B) contraria as normativas vigentes, pois compete primariamente aos municípios destinar recursos financeiros próprios para o custeio dos benefícios eventuais, cabendo aos estados a participação no cofinanciamento desse provimento local.
- (C) diverge da divisão de competências do SUAS, visto que a responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos benefícios eventuais é do estado (governo estadual), atuando o município apenas como mero distribuidor logístico das provisões.
- (D) fundamenta-se corretamente na diretriz de comando único do SUAS, a qual proíbe terminantemente que municípios utilizem recursos orçamentários próprios para a concessão de qualquer tipo de benefício pecuniário ou material.
- (E) baseia-se em uma premissa desatualizada, uma vez que os benefícios eventuais foram extintos pela NOB/SUAS 2012, devendo as famílias atingidas por desastres serem, obrigatoriamente, incluídas no programa Bolsa Família, como resposta à enchente.

QUESTÃO 14

A gestão do cofinanciamento federal no SUAS superou a lógica dos convênios pontuais, operando por meio de transferência regular e automática (fundo a fundo) estruturada em “blocos de financiamento”. Assim sendo, um município recebeu regularmente um valor calculado com base no número de famílias referenciadas em seu CRAS. Agora, o gestor local desse município pleiteou um recurso adicional contínuo para manter uma equipe volante que atenda a uma comunidade quilombola que, embora distante do centro, encontrava-se no perímetro do município e caracterizava-se como demanda específica do território.

Com base nessa situação hipotética e conforme a sistemática de cofinanciamento da Proteção Social Básica da NOB/SUAS/2012, o custeio do CRAS e o custeio dessa equipe volante correspondem, respectivamente, a repasses do

- (A) piso fixo de média complexidade e do piso variável de alta complexidade.
- (B) índice de gestão descentralizada (IGDSUAS) e do piso variável de média complexidade.
- (C) piso básico variável e do piso fixo de alta complexidade.
- (D) piso básico fixo para ambos, uma vez que o SUAS proíbe a variação de valores para especificidades territoriais, com vistas à garantia da homogeneidade.
- (E) bloco da proteção social básica para ambas as ações.

QUESTÃO 15



A NOB/SUAS/2012 instituiu uma nova lógica de repasses e gestão financeira por meio dos “blocos de financiamento”, superando a antiga lógica fragmentada de convênios. Considere-se que um gestor municipal de assistência social, enfrentando um déficit imprevisto na manutenção de um abrigo institucional (equipamento de Proteção Social Especial de Alta Complexidade), tenha decidido remanejar recursos financeiros federais que haviam sido repassados fundo a fundo para o município no “bloco de financiamento da proteção social básica” (recursos do piso básico fixo destinados ao CRAS). O gestor justificou a transferência argumentando que todos os recursos compõem o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de forma unificada e que obteve autorização prévia, mediante resolução, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para realizar o remanejamento.

Com base nessa situação hipotética e no regime jurídico do cofinanciamento e da gestão orçamentária estabelecidos pela NOB/SUAS/2012, assinale a opção correta, quanto ao remanejamento pretendido pelo gestor.

- (A) A consolidação de todas as verbas no FMAS confere à gestão local flexibilidade orçamentária integral para remanejar recursos entre a proteção básica e a especial, desde que haja uma deliberação favorável do CMAS.
- (B) O remanejamento caracteriza uma irregularidade na gestão financeira, pois a normativa exige que os recursos dos blocos de financiamento sejam aplicados obrigatoriamente no mesmo nível de proteção social (básica ou especial) para o qual foram transferidos.
- (C) A transferência orçamentária pretendida é lícita e válida desde que conte com a homologação posterior da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), órgão detentor de competência legal para autorizar o cruzamento de verbas federais entre diferentes blocos.
- (D) O remanejamento entre blocos de níveis diferentes é uma prerrogativa permitida excepcionalmente na NOB/SUAS/2012, porém os recursos da proteção básica só podem ser redirecionados para o custeio de benefícios eventuais, sendo vedado o seu uso na alta complexidade.
- (E) O procedimento descrito é administrativamente inviável porque os recursos do piso básico fixo não transitam pela conta do FMAS, sendo repassados e executados de forma direta pela União aos profissionais dos CRAS.

QUESTÃO 16



O Decreto nº 33.329/2011 regulamenta a rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (SAN) do Distrito Federal, estabelecendo diretrizes para o acesso físico e financeiro a uma alimentação adequada. Com base nessa informação, assinale a opção correta acerca do funcionamento e do público-alvo dos restaurantes comunitários.

- (A) O acesso às unidades de produção de refeições é um direito vinculado à prévia e obrigatória inscrição da família em programas de transferência de renda de fluxo regular.
- (B) A gratuidade integral das três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) é assegurada às pessoas em situação de rua.
- (C) O preço tarifário para o público geral é fixado em valor único de R\$ 1 para qualquer modalidade de refeição oferecida pela unidade, independentemente do horário.
- (D) A gestão dos equipamentos é obrigatoriamente direta e estatal, sendo vedada a participação de entidades da sociedade civil ou de empresas privadas na operacionalização.
- (E) O atendimento ao público em todas as unidades da rede ocorre diariamente, inclusive aos domingos e feriados, seguindo cronogramas e horários unificados de fornecimento.

QUESTÃO 17



A Lei Distrital nº 5.165/2013 e o Decreto nº 35.191/2014 definem os benefícios eventuais como provisões suplementares de assistência social, destinadas a mitigar riscos e perdas advindos de contingências sociais. A partir dessa informação, assinale a opção correta, no que se refere às modalidades e aos requisitos para a concessão desses benefícios no âmbito da Sedes-DF.

- (A) A concessão do auxílio-natalidade independe de avaliação técnica prévia, sendo garantida automaticamente à família pela simples apresentação da certidão de nascimento do recém-nascido.
- (B) O auxílio por morte é restrito ao custeio de serviços funerários e às taxas de sepultamento, não havendo previsão normativa para a cobertura de despesas com o transporte ou com o traslado do corpo no perímetro urbano do Distrito Federal.
- (C) A modalidade de auxílio por vulnerabilidade temporária destina-se ao enfrentamento de situações emergenciais e transitórias que agravem a vulnerabilidade da família ou do indivíduo, decorrentes de contingências sociais ou eventos imprevistos que comprometam sua subsistência.
- (D) Por sua natureza de provisão suplementar não contributiva, os benefícios eventuais podem ser concedidos de forma continuada para famílias em situação de extrema pobreza.
- (E) O auxílio em situações de desastre e calamidade pública é voltado exclusivamente para o abrigo provisório, não contemplando ações voltadas para a sobrevivência mínima ou para a alimentação imediata das vítimas.

QUESTÃO 18



O Programa DF Social, regulamentado pelo Decreto nº 42.872/2021, integra as estratégias de transferência de renda do Distrito Federal voltadas à superação da pobreza. Considerando essa informação, assinale a opção correta, no que concerne às normas de titularidade, concessão e movimentação do benefício financeiro mensal.

- (A) A titularidade do benefício recai sobre o responsável familiar definido no Cadastro Único, estabelecendo-se, assim, a norma que determina que o pagamento será creditado, preferencialmente, em nome de mulheres.
- (B) O valor mensal de R\$ 150 pode ser pago cumulativamente a até dois membros da mesma unidade familiar, desde que ambos possuam CPF regular.

- (C) A renda familiar per capita mensal permitida para o ingresso no programa é de até um salário mínimo vigente, independentemente da composição do núcleo familiar.
- (D) Para o recebimento das parcelas, é facultado ao beneficiário a utilização de conta-corrente em qualquer instituição bancária comercial, dispensando a abertura de conta específica junto ao Banco de Brasília (BRB).
- (E) Pessoas ou famílias em situação de rua detêm a primeira posição na ordem de preferência para pagamento do benefício, precedendo os grupos remanescentes do extinto Programa DF Sem Miséria.

QUESTÃO 19



Durante um atendimento socioassistencial, uma família em situação de insegurança alimentar informou que, caso seja contemplada com o Cartão Prato Cheio, pretende utilizar o benefício para adquirir alimentos, produtos de higiene e materiais de limpeza. Também manifestou a intenção de emprestar o cartão a um familiar residente no mesmo território, acreditando que o crédito poderia ser compartilhado entre as duas famílias.

Com base nessa situação hipotética, na Lei Distrital nº 7.009/2021 e no Decreto nº 42.873/2021, assinale a opção correta.

- (A) O benefício permanece disponível enquanto persistirem as dificuldades econômicas da família, independentemente das condições de permanência previstas para o programa.
- (B) O cartão pode ser utilizado para a aquisição de alimentos, de produtos de higiene e de materiais de limpeza, desde que as compras sejam realizadas em estabelecimento credenciado.
- (C) O crédito pode ser compartilhado com outra família residente no mesmo território, desde que haja concordância do beneficiário originalmente contemplado.
- (D) O Cartão Prato Cheio destina-se à aquisição de gêneros alimentícios pelo beneficiário, observadas as condições estabelecidas na regulamentação, não sendo admitido o compartilhamento do benefício entre famílias.
- (E) O recebimento do benefício dispensa a família do acompanhamento pela rede socioassistencial, por se tratar de provisão destinada exclusivamente ao atendimento da insegurança alimentar.

QUESTÃO 20



Uma família residente no Distrito Federal, inscrita no Cadastro Único, passou a enfrentar dificuldades para adquirir o botijão de gás utilizado no preparo diário dos alimentos. Ao buscar informações sobre o Cartão Gás, surgiram dúvidas quanto aos critérios de acesso ao programa e à possibilidade de acumulação com outros benefícios voltados à segurança alimentar. Considerando a Lei Distrital nº 6.938/2021 e o Decreto nº 42.376/2021, assinale a opção correta.

- (A) O benefício consiste em crédito financeiro de pagamento mensal destinado à aquisição de qualquer fonte de energia utilizada no preparo de alimentos, cabendo à família escolher livremente o produto.
- (B) O programa oferece apoio financeiro para que famílias elegíveis possam adquirir botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP) de 13 kg, observados os critérios de seleção estabelecidos na legislação distrital.
- (C) O acesso ao Cartão Gás exige que a família opte exclusivamente por esse benefício, sendo vedada sua concessão aos beneficiários de outros programas de segurança alimentar do Distrito Federal.
- (D) A elegibilidade ao programa é aferida mediante autodeclaração da família quanto à situação de vulnerabilidade, dispensando a utilização das informações constantes do Cadastro Único.
- (E) A finalidade do programa restringe-se à compensação da variação do preço do gás de cozinha, não possuindo relação com os objetivos da política de assistência social.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ESPECIALIDADE

QUESTÃO 21



Uma família com direitos violados (negligência grave), que estava sendo acompanhada pelo PAIF no CRAS, precisou de intervenção imediata, o que resultou no afastamento judicial da criança de seu lar.

Com base nessa situação hipotética e considerando a articulação em rede e que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se organiza em rede e prevê fluxos rigorosos de referência e contrarreferência, assinale a opção correta.

- (A) O CRAS deve assumir a responsabilidade pelo acompanhamento psicológico clínico da criança acolhida, visto que o PAIF é o serviço de porta de entrada universal e intersetorial.
- (B) O serviço de acolhimento institucional deve ser ofertado como proteção social básica, visando à prevenção primária da violação de direitos.
- (C) O encaminhamento da criança para o abrigo extingue a necessidade de acompanhamento de sua família de origem pelo CRAS, uma vez que a guarda passa a ser do Estado.
- (D) Todos os serviços em caso de violação de direitos devem ser articulados com a proteção especial (CREAS), que ofertará o PAEFI e articulará o acolhimento institucional junto ao Sistema de Garantia de Direitos.
- (E) O acolhimento em abrigo institucional deve evitar a intervenção das outras políticas para garantir a segurança da criança e evitar o vazamento de informações para a escola e para a saúde.

QUESTÃO 22



Um abrigo institucional atendia 15 crianças. O coordenador do abrigo propunha que a unidade contratasse professores e médicos particulares para atuarem exclusivamente dentro da instituição, criando uma escola e um ambulatório internos para as crianças abrigadas, justificando que isso trará mais segurança.

Com base nessa situação hipotética e nas diretrizes estabelecidas pelas orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, assinale a opção que apresenta a avaliação correta aplicável à proposta do coordenador.

- (A) A proposta atende à primazia da responsabilidade do Estado, que exige que o abrigo garanta internamente todas as necessidades da criança, operando estruturalmente como uma instituição integral.
- (B) A conduta contraria o princípio da incompletude institucional, o qual determina que o atendimento de educação e de saúde deve ser ofertado por meio da articulação intersetorial, utilizando os equipamentos comunitários e a rede de serviços local.
- (C) A proposta é válida apenas em relação à área da saúde, uma vez que a normatização do SUS determina que os abrigos atuem como unidades de saúde para crianças e adolescentes em acolhimento institucional.
- (D) A conduta constitui uma irregularidade estrutural pelo fato de a legislação nacional proibir categoricamente a oferta de escolarização a crianças que estejam sob medida protetiva de abrigo.
- (E) A criação de espaços internos e exclusivos é uma estratégia recomendada pela norma, visto que evita o estigma e impede que as crianças abrigadas sofram discriminação ao frequentarem espaços públicos externos.

QUESTÃO 23



Na organização do SUAS, a matricialidade sociofamiliar constitui um eixo estruturante. Considerando essa informação, é correto afirmar, em termos práticos para a ação do cuidador social e das políticas públicas, que esse princípio determina que

- (A) a família deve ser entendida como a unidade econômica para cálculo do rendimento per capita exigido na concessão do benefício de prestação continuada, em detrimento dos serviços familiares de cuidado.
- (B) apenas famílias compostas de pais casados civilmente e de seus filhos biológicos são reconhecidas como alvo prioritário da assistência social.
- (C) o Estado deve substituir as funções da família aos primeiros sinais de vulnerabilidade social em seu território, assumindo, então, a guarda das crianças.
- (D) a política de assistência social deve ter centralidade na família, compreendendo-a em seus diversos arranjos, apoiando-a para que ela mesma exerça suas funções de cuidado, proteção e socialização primária.
- (E) a territorialização impede que um indivíduo acesse serviços fora de seu município, uma vez que as unidades devem estar alinhadas ao serviço de georreferenciamento.

QUESTÃO 24



O processo de transição ou encaminhamento no âmbito do SUAS é uma ferramenta técnica e não meramente burocrática. A partir dessa informação, assinale a opção correta, considerando o fluxo de encaminhamentos para os serviços de acolhimento de crianças e de adolescentes.

- (A) O encaminhamento ao acolhimento institucional pode ser decidido de forma autônoma e imediata pelo coordenador do CRAS, dispensando comunicação ao Judiciário ou ao conselho tutelar.
- (B) Salvo em situação emergencial, o encaminhamento exige um estudo diagnóstico prévio realizado por equipe interprofissional, devendo a decisão de afastamento ser tomada por autoridade competente (conselho tutelar ou Justiça da Infância e Juventude).
- (C) A família de origem não deve ser comunicada sobre o encaminhamento da criança à família substituta ou ao abrigo, para evitar traumas psicológicos e revitimização.
- (D) Uma vez preenchida a guia de encaminhamento, dispensar-se-á a elaboração de um plano individual e familiar de atendimento.
- (E) Uma vez encaminhada ao abrigo institucional, a criança perderá o direito ao cadastro único, visto que todas as suas necessidades materiais passam a ser supridas pela instituição de alta complexidade.

QUESTÃO 25



Nos serviços de acolhimento institucional, o educador/cuidador tem um papel central na vida das crianças e adolescentes. Segundo as orientações técnicas vigentes, assinale a opção que apresenta corretamente o papel esperado desse profissional.

- (A) assumir integralmente a identidade de pai ou mãe da criança, com o acolhido chamando-o de pai/mãe, a fim de reparar a violação de vínculos de sua família biológica
- (B) atuar com neutralidade afetiva, evitando construir qualquer vínculo de afeto com as crianças para minimizar o sofrimento no momento do desligamento, por se tratar de um trabalho profissional
- (C) organizar o espaço residencial, prestar cuidados básicos (alimentação e higiene), construir uma relação afetiva personalizada e atuar como referência na rotina da instituição, sem tentar substituir o lugar da família de origem na vida da criança
- (D) realizar as avaliações psiquiátricas periódicas e determinar as medicações que a criança utilizará para conter eventuais crises de agressividade no abrigo
- (E) exercer as funções de monitoramento e guarda patrimonial, deixando as funções de afeto e rotina educacional para os técnicos de nível superior

QUESTÃO 26



Para garantir o atendimento personalizado, o respeito à autonomia e a humanização do cuidado conforme os parâmetros oficiais, a instituição deverá

- (A) impor o uso de um uniforme padronizado com o logotipo da instituição para possibilitar a identificação da criança em espaços públicos e na escola.
- (B) guardar todos os pertences trazidos de casa em um depósito, entregando apenas os itens fornecidos pelo abrigo, para garantir a equidade total entre os acolhidos, tendo em vista os princípios da Administração Pública.
- (C) garantir à criança um espaço privado para a guarda de seus objetos pessoais e permitir o uso de itens que possibilitem a formação da identidade, respeitando a sua individualidade.
- (D) estipular regras de funcionamento com base em critérios profissionais, o que evitará, assim, a participação da criança nas decisões da rotina doméstica.
- (E) evitar os limites ou as regras institucionais, considerando que a liberdade irrestrita de convivência é a única forma de recuperar a autonomia de jovens em situação de risco.

QUESTÃO 27



A elaboração do Plano Individual e Familiar de Atendimento (PIA) é essencial logo após a chegada de um adolescente ao serviço de acolhimento. A partir dessa informação e considerando o que está em conformidade com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e com as diretrizes do acolhimento, assinale a opção correta.

- (A) A equipe técnica deve formular o PIA sozinha, sem ouvir o adolescente ou a sua família de origem, uma vez que indivíduos em vulnerabilidade não possuem capacidade técnica para opinar sobre as próprias necessidades.
- (B) O cuidador social não deve participar da elaboração do PIA, uma vez que a sua função restringe-se a servir as refeições e higienizar as crianças.
- (C) O Plano possui como meta o retorno do adolescente à família de origem ou à substituta após o jovem atingir a maioridade, pois a permanência em instituições é o principal meio de suporte previsto PNCFC.
- (D) O PIA é elaborado com base na escuta do adolescente e de sua família, envolvendo a participação deles na definição das estratégias, e também na participação do educador/cuidador.
- (E) O PIA determina a separação provisória de irmãos acolhidos em abrigos distintos, visando facilitar a adaptação em casos de adoção por famílias distintas.

QUESTÃO 28



Um adolescente que vivia em uma casa-lar estava prestes a completar 18 anos de idade e seria desligado do serviço em breve. O educador residente solicitou, então, apoio à equipe técnica.

Com base nessa situação hipotética e segundo as orientações técnicas, o processo de desligamento da unidade deverá

- (A) ocorrer na data exata de seu aniversário de 18 anos de idade, para evitar vitimizar o sujeito com a sobre-exposição ao ambiente institucional.
- (B) ser realizado de forma gradativa, com o preparo prévio do adolescente, com acesso a programas de qualificação profissional e, sempre que possível, por meio da transição para um serviço de república de jovens.
- (C) ser condicionado à aprovação em exame vestibular ou comprovante de inserção em emprego formal, sem os quais a casa-lar manterá a guarda protetiva do indivíduo compulsoriamente até os 21 anos de idade.
- (D) ser feito em concomitância com a interrupção do convívio do adolescente com os antigos educadores e colegas de abrigo, a fim de se realizar a promoção da independência emocional, que será necessária à nova fase.
- (E) envolver consulta à família biológica para que haja garantias de legitimidade ao processo.

QUESTÃO 29

As rotinas de um serviço de acolhimento incluem o trabalho com a memória e a história de vida da criança e do adolescente. Assim sendo, com base nessa informação, é correto afirmar que uma prática recomendada que cabe também ao cuidador social em seu cotidiano será

- (A) arquivar informações do passado e voltar-se estritamente ao presente, com vistas a proteger o indivíduo de sua origem traumática.
- (B) não interagir com a família extensa da criança nas visitas periódicas.
- (C) organizar fotografias e registros individuais regulares sobre as atividades e o desenvolvimento de cada acolhido, de modo a preservar e ressignificar a sua história de vida e memória.
- (D) compartilhar juntamente à comunidade o histórico de violações sofridas pela criança, a fim de promover a conscientização social.
- (E) socializar os registros médicos entre os adolescentes acolhidos pelo serviço, de forma que atuem mutuamente como terapeutas comunitários.

QUESTÃO 30



Considerando as orientações técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, na acolhida inicial de uma criança recém-chegada ao abrigo, constituirá atribuição da equipe e dos cuidadores

- (A) inserir a criança imediatamente na escola, para que o professor explique os motivos do abrigamento no primeiro dia letivo.
- (B) promover a acolhida, apresentando o educador/cuidador de referência, os espaços físicos, os colegas, e explicar as regras da casa de forma gradativa, a fim de gerar um ambiente seguro.
- (C) realizar de imediato o atendimento inicial, a fim de identificar o contexto de violência sofrida e para o pronto preenchimento do prontuário diagnóstico.
- (D) explicitar de imediato todas as regras de convívio e as normas da instituição, visando estabelecer limites e garantir a previsibilidade essencial para a segurança psicológica do acolhido.
- (E) dar início ao período de quarentena profilática da criança nas primeiras 48 horas, a fim de garantir a prevenção e a promoção da saúde, antes do acesso aos outros acolhidos.

QUESTÃO 31



O acolhimento de crianças e adolescentes é regido por princípios bem definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e reiterados na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Considerando essas normativas, em caso de ser determinado por um juiz o afastamento de uma criança de sua família, essa medida terá caráter de

- (A) definitividade, assegurando a guarda perpétua ao Estado.
- (B) punição, aplicada como sanção aos genitores infratores sem possibilidade de reintegração.
- (C) excepcionalidade, sendo utilizável como forma de transição para a reintegração à família de origem ou, quando estiverem esgotados esses recursos, à colocação em família substituta.
- (D) internação compulsória, equiparando-se ao cumprimento de medidas socioeducativas restritivas de liberdade.
- (E) primazia socioassistencial, podendo ser solicitada pelo CRAS como alternativa à comprovada insuficiência financeira familiar.

QUESTÃO 32



Um gestor municipal decidiu criar uma nova unidade de acolhimento para oito crianças e adolescentes. Ele optou por um serviço instalado em uma residência padrão da comunidade, onde haverá a contratação de uma pessoa ou de um casal que residirá permanentemente no local, juntamente aos acolhidos, sendo a principal referência de cuidado e rotina doméstica.

Com base nessa situação hipotética e segundo as regulamentações nacionais, essa modalidade de alta complexidade é classificada como

- (A) abrigo institucional.
- (B) serviço de acolhimento em família acolhedora.
- (C) república para crianças, adolescentes e jovens.
- (D) casa-lar.
- (E) residência inclusiva de transição.

QUESTÃO 33



Um município possuía apenas um abrigo institucional para crianças. Em um determinado dia, a justiça encaminhou três irmãos para a unidade, sendo que o irmão caçula apresentava deficiência física leve. A coordenação, com isso, recusou a entrada do menino com deficiência, alegando que ele deveria ser encaminhado para um abrigo especializado.

Com base nessa situação hipotética, nos marcos do SUAS e nas orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, assinale a opção que apresenta a avaliação adequadamente aplicável à conduta da coordenação.

- (A) A decisão tem respaldo na diretriz de especialização da rede, uma vez que a presença de deficiência exige o encaminhamento da criança a um serviço clínico reabilitatório.
- (B) A recusa contraria os parâmetros nacionais, os quais determinam que crianças com deficiência devem ser incluídas no abrigo juntamente aos seus irmãos, cabendo à unidade assegurar acessibilidade, evitar o desmembramento do grupo fraterno e combater a segregação.
- (C) A atitude está alinhada à normatização, pois o abrigo institucional atende exclusivamente a casos de ruptura de vínculos por questões socioeconômicas, cabendo à política de saúde o abrigamento de crianças e adolescentes com deficiências.
- (D) A conduta é justificada pelo princípio da incompletude institucional, o qual veda a aceitação de pessoas com deficiência em abrigos regulares para impedir a revitimização do sujeito assistido em pleno espaço socioassistencial.
- (E) A recusa configura uma medida de proteção legal, visto que o SUAS exige que pessoas com deficiência, independentemente da idade, sejam inseridas exclusivamente em residências inclusivas de alta complexidade.

QUESTÃO 34

O serviço de acolhimento em família acolhedora é uma importante estratégia de alta complexidade do SUAS. Com base nessa informação e considerando o funcionamento desse serviço, assinale a opção correta.

- (A) As famílias cadastradas são consideradas famílias adotivas, recebendo as crianças para adoção formal.
- (B) Esse serviço se equipara ao abrigo, devido ao fato de diversas crianças residirem em um mesmo domicílio.
- (C) O referido serviço consiste no acolhimento provisório de crianças e de adolescentes em residências de famílias capacitadas, visando à sua reintegração ou ao seu encaminhamento para a adoção.
- (D) A família acolhedora não precisa ser supervisionada pela equipe técnica, visto que passou por todas as avaliações até a adoção definitiva do adolescente.
- (E) As crianças inseridas em família acolhedora perdem todo e qualquer contato com sua família biológica, a fim de preservar o trabalho de acolhimento familiar.

QUESTÃO 35



A Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) instituiu importantes diretrizes para o atendimento humanizado. A partir dessa informação e em consonância com as exigências que recaem sobre o Poder Público para a execução dessa política, assinale a opção correta.

- (A) A estruturação e a reestruturação da rede de serviços de acolhimento temporário devem fundamentar-se na necessidade de cada ente, adotando-se, como referência para esse planejamento, os dados obtidos pelas pesquisas de contagem oficial da população em situação de rua.
- (B) O recolhimento compulsório dos pertences da população de rua constitui-se como uma estratégia legítima de zeladoria urbana promovida pela política de assistência social.
- (C) A distribuição geográfica das unidades de acolhimento temporário deve priorizar a instalação dos equipamentos em áreas afastadas dos centros urbanos, visando resguardar essa população dos riscos e da violência das grandes cidades.
- (D) A integração intersetorial determina que as abordagens nos espaços públicos sejam realizadas mediante ação coordenada com os órgãos de segurança, autorizando-se a condução coercitiva de indivíduos em situação de rua para os equipamentos de saúde ou de acolhimento institucional.
- (E) A política exige o banimento do uso dos espaços públicos como forma de sobrevivência, promovendo a institucionalização em instituições de longa permanência para todos.

QUESTÃO 36



O serviço especializado em abordagem social visa identificar indivíduos e famílias em espaços públicos (como praças e semáforos) e garantir o seu acesso à proteção social. Com base nessa informação, assinale a opção que apresenta o foco da atuação de um profissional que integra uma equipe socioassistencial durante a abordagem.

- (A) promover medidas higienistas, cujo alinhamento filosófico é central para o serviço especializado de abordagem social
- (B) cadastrar o indivíduo de imediato, seguido de avaliação para encaminhá-lo para asilos ou sanatórios
- (C) construir vínculo, compreendendo a autonomia e as escolhas dos usuários, ainda que seja a de permanecer situação de rua
- (D) resolver demandas espontâneas e distribuir alimentos para a segurança nutricional, condicionados à apresentação de documentação civil básica
- (E) reportar e encaminhar os casos de abuso de substâncias psicoativas às delegacias para o devido cumprimento da norma operacional básica

QUESTÃO 37



Um cidadão em situação de rua e usuário problemático de álcool procurou um serviço de acolhimento (abrigo/casa de passagem) em uma noite muito fria. Ele apresentou-se alcoolizado, mas não demonstrava comportamento agressivo, e solicitou à instituição teto e banho.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o procedimento a ser tomado pela equipe de assistência social, considerando padrões que estejam de acordo com uma abordagem humanizada e não estigmatizante, será

- (A) negar o acesso, apesar da importância da demanda, pois o acolhimento no SUAS exige sobriedade no momento da triagem, a fim de evitar riscos e conflitos.
- (B) garantir a acolhida provisória do usuário, ainda que alcoolizado, suprimindo as suas necessidades básicas de repouso e higiene.
- (C) aceitar o indivíduo, conduzindo-o à sala de desintoxicação para que, findada a profilaxia, volte aos alojamentos comuns.
- (D) repassar imediatamente a responsabilidade ao SAMU, uma vez que a assistência social não acolhe indivíduos que consumiram álcool.
- (E) vedar a possibilidade de pernoite, caso se confirme o efeito de substâncias químicas, mas com garantia de banho, vestuário limpo e o encaminhamento para o CRAS do território.

QUESTÃO 38



A Lei da Reforma Psiquiátrica redirecionou o modelo de atenção em saúde mental no Brasil, influenciando diretamente a forma como os cuidadores sociais devem lidar com pessoas em sofrimento psíquico. A partir dessa informação, é correto afirmar que uma premissa fundamental dessa abordagem humanizada, aplicável ao atendimento na rede socioassistencial, é

- (A) a preferência por longos internamentos em hospitais psiquiátricos protegidos.
- (B) o distanciamento do indivíduo com sofrimento psíquico em relação à família para evitar interferências em relação ao plano terapêutico.
- (C) o entendimento de que o tratamento aos pacientes com transtornos mentais deve buscar, prioritariamente, a sua reinserção social e de trabalho, sendo a internação apenas um último recurso excepcional.
- (D) a substituição dos serviços territoriais, como os centros de atenção psicossocial (CAPS), a fim de concentrar o atendimento.
- (E) o uso sistemático de tratamentos de sensibilização como forma de garantia disciplinar comportamental nos abrigos de doentes crônicos.

QUESTÃO 39

Em uma unidade de acolhimento adulto, um cuidador percebeu que um dos residentes apresentava episódios de intensa depressão, ansiedade aguda e possível ideação suicida, configurando sofrimento psíquico agudo.

Considerando essa situação hipotética, bem como as diretrizes estruturantes da rede de atenção psicossocial (RAPS), da legislação psiquiátrica vigente e do fluxo de atendimento em rede, assinale a opção que apresenta a conduta correta a ser adotada pela equipe do serviço socioassistencial.

- (A) estabelecer a retirada do convívio com os demais sujeitos presentes na instituição, a fim de intervir preventivamente no agravo do quadro
- (B) utilizar os instrumentos de classificação de risco em saúde mental pela equipe do abrigo com o objetivo primordial de formular um diagnóstico psiquiátrico definitivo para o usuário, dispensando a avaliação da rede de saúde
- (C) acionar e referenciar o caso à atenção básica (UBS) e ao CAPS de referência para avaliação clínica, planejamento terapêutico, manejo da crise e compartilhamento dos cuidados longitudinais do paciente
- (D) requerer a transferência imediata do usuário para uma instituição psiquiátrica de longa permanência, uma vez que as diretrizes nacionais determinam apenas o tratamento hospitalar fechado para ideações suicidas
- (E) exigir a apresentação de laudo médico circunstanciado e a comprovação de internação psiquiátrica prévia como critérios obrigatórios e excludentes para que o residente possa seguir com suas obrigações, apresentando, além disso, o seu plano individual de atendimento (PIA) mantido na assistência social

QUESTÃO 40



O Protocolo de Saúde Mental na atenção básica indica a utilização da “Estratificação e Classificação de Risco” como ferramenta norteadora de conduta para situações de sofrimento psíquico. Com base nessa informação, é correto afirmar que, na prática intersetorial, a aplicação e a finalidade desse processo baseiam-se na premissa de que a equipe

- (A) deve focar na elaboração de um diagnóstico psiquiátrico definitivo (CID) durante a abordagem inicial, como requisito obrigatório para o cumprimento do plano interventivo.
- (B) deve concentrar-se primariamente na análise isolada da doença (sinais orgânicos), deixando a cargo do CRAS a avaliação de situações como baixa renda e relações de violência.
- (C) não define como imprescindível investigar os recursos da família, uma vez identificadas situações de risco agudo, o paciente é imediatamente inserido em protocolos de saúde, deixando de ser responsabilidade territorial.
- (D) deve utilizar a classificação de risco para avaliar não apenas os sinais e os sintomas agudos, mas também cruzar essas informações com fatores de proteção (rede de apoio, vínculo com o CAPS) e fatores de vulnerabilidade, não se restringindo a um simples diagnóstico formal.
- (E) aplicará as ferramentas de classificação de risco como um método contemporâneo para determinar um critério objetivo de análise do acesso aos benefícios eventuais em pecúnia.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto para as questões de 41 a 43.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda residentes em todo território nacional. Ele permite que o governo conheça melhor a realidade dessa população ao registrar informações como: endereço, características do domicílio, composição familiar, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, deficiência, entre outras.

Nesse contexto, o Cadastro Único constitui-se em importante ferramenta de apoio à formulação e à implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias, na medida em que reúne um conjunto de dados que permite aos gestores o conhecimento dos riscos e das vulnerabilidades às quais a população de baixa renda está inserida.

Além disso, o Cadastro Único é o principal instrumento utilizado para a seleção e a inclusão em programas federais, municipais, estaduais e distritais, tais como: Programa Bolsa Família; Programa DF Social; Programa Cartão Gás; Programa Gás do Povo; Tarifa Social de Energia Elétrica; Tarifa Social de Água; Carteira do Idoso; Isenção de taxas para concursos públicos; Telefone Social; Programa Pé-de-Meia; Programa Dignidade Menstrual; Programa Minha Casa, Minha Vida, dentre outros.

Todavia, o cadastramento não garante a inclusão automática da família nos programas sociais. A seleção e a concessão nestes ocorrem de acordo com os critérios e procedimentos específicos de cada programa. O Cadastro Único é coordenado nacionalmente pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e, no Distrito Federal, pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes-DF).

Internet: <sedes.df.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 41

Infer-se do texto que o Cadastro Único desempenha papel estratégico na formulação de políticas públicas porque

- (A) reúne informações sobre renda familiar, permitindo que os programas sociais estabeleçam critérios uniformes de atendimento.
- (B) substitui os critérios específicos adotados pelos programas sociais, tornando desnecessária a análise realizada por cada um deles.
- (C) possibilita ao Poder Público conhecer as condições socioeconômicas das famílias, oferecendo subsídios para identificar vulnerabilidades e orientar ações governamentais.
- (D) assegura que todas as famílias cadastradas sejam contempladas pelos programas sociais disponíveis em sua unidade da federação, garantindo a universalidade do atendimento.
- (E) concentra informações destinadas à administração dos programas federais, sem utilização pelos demais entes da federação.

QUESTÃO 42

A progressão das informações no texto permite concluir que ele tem como finalidade

- (A) apresentar, inicialmente, os programas sociais existentes para, em seguida, explicar o funcionamento do Cadastro Único.
- (B) explicar o que é o Cadastro Único, destacar a sua relevância para as políticas públicas, exemplificar a sua utilização e esclarecer a limitação de seu funcionamento.
- (C) defender que a inscrição no Cadastro Único constitui requisito suficiente para o recebimento dos benefícios sociais.
- (D) evidenciar que os programas sociais possuem critérios idênticos de seleção e de concessão dos benefícios.
- (E) comparar as atribuições do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social com as da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal.

QUESTÃO 43

Um programa distrital consultou o Cadastro Único e realizou verificação complementar prevista em suas regras antes de conceder um benefício. A família alegou que o cadastramento deveria bastar, pois o Cadastro Único é o principal instrumento de seleção e inclusão em programas sociais. De acordo com o texto, essa alegação

- (A) encontra respaldo, pois a condição de principal instrumento torna dispensáveis procedimentos complementares de seleção.
- (B) encontra respaldo, desde que o cadastro caracterize a família como de baixa renda, independentemente das regras do programa.
- (C) não encontra respaldo, pois o cadastramento não garante inclusão automática nem afasta os critérios e os procedimentos específicos do programa.
- (D) não encontra respaldo, pois o Cadastro Único subsidia políticas públicas, mas não pode ser utilizado na seleção individual.
- (E) encontra respaldo por se tratar de programa distrital, cuja concessão é definida diretamente pela coordenação local do cadastro.

Texto para as questões de 44 a 46.

O Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF) atua como um órgão colegiado de deliberação, com caráter permanente e integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema descentralizado e participativo. Vinculado à estrutura administrativa do Distrito Federal responsável pela coordenação e execução da política de assistência social, o CAS/DF tem sua estrutura e competências definidas pela Lei nº 997/1995.

Entre suas competências estão: efetivar, no âmbito do Distrito Federal, o processo descentralizado e participativo da assistência social; aprovar propostas da Política de Assistência Social com base nas diretrizes da Conferência de Assistência Social do Distrito Federal; atuar em articulação com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conselhos congêneres e órgãos formuladores e executivos de políticas setoriais; atuar em consonância com as normas e orientações do CNAS; zelar pela transparência da política de assistência social no Distrito Federal; e respaldar essa política por meio de estudos, pesquisas e capacitação de recursos humanos.

Internet: <sedes.df.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 44

De acordo com o texto, a atuação do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF) caracteriza-se principalmente por

- (A) executar diretamente os serviços socioassistenciais prestados à população do Distrito Federal.
- (B) tomar decisões, articular e acompanhar a política de assistência social, em consonância com normas e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social.
- (C) formular, de maneira autônoma, políticas públicas desvinculadas das orientações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
- (D) substituir os órgãos responsáveis pela coordenação e pela execução da política de assistência social no Distrito Federal.
- (E) exercer competência exclusiva para elaborar leis relacionadas à assistência social no Distrito Federal.

QUESTÃO 45



Na construção da coerência do texto, a informação de que o CAS/DF atua em consonância com as normas e as orientações do CNAS indica que

- (A) a descentralização do SUAS é apenas administrativa, pois as deliberações distritais dependem de autorização prévia do CNAS.
- (B) o caráter participativo transfere ao CNAS a aprovação das propostas com base nas diretrizes da Conferência distrital.
- (C) o CAS/DF está administrativamente vinculado ao CNAS, responsável pela execução da política no Distrito Federal.
- (D) a atuação descentralizada não implica isolamento institucional, sendo compatível com articulação e referências normativas nacionais.
- (E) as diretrizes da Conferência distrital somente produzem efeitos depois de homologadas pelo CNAS.

QUESTÃO 46



Considere o seguinte trecho do texto.

“Entre suas competências estão: efetivar, no âmbito do Distrito Federal, o processo descentralizado e participativo da assistência social; aprovar propostas da Política de Assistência Social com base nas diretrizes da Conferência de Assistência Social do Distrito Federal; atuar em articulação com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conselhos congêneres e órgãos formuladores e executivos de políticas setoriais; atuar em consonância com as normas e orientações do CNAS; zelar pela transparência da política de assistência social no Distrito Federal; e respaldar essa política por meio de estudos, pesquisas e capacitação de recursos humanos.”

No trecho apresentado, a expressão “essa política” retoma

- (A) o processo descentralizado e participativo da assistência social.
- (B) a articulação do CAS/DF com o CNAS e com os órgãos responsáveis pelas políticas setoriais.
- (C) as normas e orientações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
- (D) as políticas setoriais formuladas pelos órgãos executivos.
- (E) a política de assistência social no Distrito Federal.

Texto para as questões 47 e 48.

A Unidade de Proteção Social 24 horas (UPS 24 horas), unidade operativa vinculada à Proteção Social Especial na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Sedes-DF), está diretamente vinculada à Coordenação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (CPSA), integrante da Subsecretaria de Assistência Social.

A UPS 24 horas é responsável por executar, de forma continuada e ininterrupta, o atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, especialmente em situações emergenciais e de calamidade pública, como incêndios, desabamentos, deslizamentos e alagamentos. Essas pessoas, que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, de objetos ou de utensílios pessoais, encontram-se temporária ou definitivamente desabrigadas ou foram removidas de áreas consideradas de risco por medida preventiva ou por determinação judicial.

Além disso, compete à UPS 24 horas atuar de forma preventiva e protetiva nas remoções de grupos populacionais que ocupam irregularmente áreas públicas, áreas de proteção ambiental ou imóveis objeto de reintegração de posse. Quando forem identificados indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, deverão ser realizadas articulações interinstitucionais, levantamentos socioeconômicos prévios e ações conjuntas de caráter intersetorial, medidas necessárias para a minimização dos danos ocasionados e para o atendimento das necessidades socioassistenciais emergenciais verificadas.

Internet: <sedes.df.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 47

Considere o seguinte trecho do texto.

“Quando forem identificados indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, deverão ser realizadas articulações interinstitucionais, levantamentos socioeconômicos prévios e ações conjuntas de caráter intersetorial.”

No trecho apresentado, a respeito do emprego dos tempos e dos modos verbais, assinale a opção correta.

- (A) O futuro do subjuntivo em “forem identificados” indica ocorrência eventual futura, ao passo que o futuro do presente em “deverão” estabelece as providências a serem adotadas nessa situação.
- (B) A substituição de “forem” por “são” manteria inalterados o enquadramento temporal e o valor normativo do período.
- (C) A substituição de “deverão ser realizadas” por **seriam realizadas** preservaria o sentido temporal e o valor normativo do período.
- (D) O futuro do subjuntivo em “forem identificados” situa a identificação antes da enunciação, como fato já concluído.
- (E) O futuro do presente em “deverão” apresenta as providências como hipóteses remotas, cuja realização é considerada pouco provável.

QUESTÃO 48



Considerando o último período do texto, assinale a opção em que a reescrita está gramaticalmente correta e preserva a relação temporal entre a identificação da situação de vulnerabilidade e a adoção das medidas, bem como o caráter obrigatório e a finalidade dessas providências.

- (A) **Antes que sejam identificados indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, deverão ser adotadas as medidas descritas para minimizar os danos e atender às necessidades socioassistenciais emergenciais verificadas.**
- (B) **Embora sejam identificados indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, poderão ser adotadas as medidas descritas para minimizar os danos e atender às necessidades socioassistenciais emergenciais verificadas.**
- (C) **Uma vez identificados indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, deverão ser adotadas as medidas descritas para minimizar os danos e atender às necessidades socioassistenciais emergenciais verificadas.**
- (D) **Para que sejam identificados indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, deverão ser adotadas as medidas descritas para minimizar os danos e atender às necessidades socioassistenciais emergenciais verificadas.**
- (E) **A medida que forem identificados indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, poderão ser adotadas as medidas descritas para minimizar os danos e atender às necessidades socioassistenciais emergenciais verificadas.**

QUESTÃO 49



Um município do estado de Goiás, integrante da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), foi desmembrado, observados os requisitos constitucionais e legais para a criação de municípios, dando origem a um novo município.

Com base nessa situação hipotética e na Lei Complementar nº 94/1998 e suas alterações, assinale a opção correta.

- (A) A inclusão do novo município na RIDE depende de nova lei complementar federal que altere a relação de municípios integrantes.
- (B) A inclusão do novo município na RIDE depende de deliberação do Conselho Administrativo da RIDE (COARIDE).
- (C) O novo município não integrará a RIDE, pois a relação legal de municípios integrantes não admite acréscimos.
- (D) O novo município integrará a RIDE apenas para os fins do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.
- (E) O novo município passa a integrar automaticamente a RIDE, independentemente de nova autorização legislativa ou de deliberação do COARIDE.

QUESTÃO 50



Acerca das políticas de prevenção e combate à violência e à discriminação previstas expressamente na Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a opção correta.

- (A) O Poder Público criará e executará programas de assistência a gestantes carentes e criará e manterá abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica.
- (B) A Lei Orgânica estabelece sanções de natureza criminal às empresas e aos órgãos públicos que discriminarem a mulher nos procedimentos de seleção, de contratação ou de promoção.
- (C) A vedação à adoção de livro didático que dissemine formas de discriminação ou de preconceito depende de regulamentação por lei federal específica.
- (D) Compete privativamente à União a criação e a manutenção de abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica.
- (E) As políticas de prevenção e combate à violência e à discriminação dirigem-se exclusivamente à mulher, não alcançando minorias.

QUESTÃO 51



Acerca dos mecanismos de proteção do meio ambiente estabelecidos na Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a opção correta.

- (A) As terras públicas de interesse para a proteção ambiental podem ser transferidas a particulares mediante decreto de desafetação.
- (B) A tributação das atividades que utilizem recursos ambientais e impliquem significativa degradação será estabelecida por lei ordinária distrital.
- (C) O estudo prévio de impacto ambiental ficará à disposição do público após a realização de audiência pública.
- (D) As restrições administrativas ao uso de áreas privadas para proteção de ecossistemas dependem de prévia declaração de utilidade pública para desapropriação.
- (E) Os projetos com significativo potencial poluidor, após a realização do estudo de impacto ambiental e da audiência pública, serão apreciados pelo Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal.

QUESTÃO 52



A Lei Complementar nº 840/2011 é aplicável

- (A) aos empregados públicos das empresas públicas dependentes do Distrito Federal (DF).
- (B) ao servidor público civil efetivo do DF, somente.
- (C) ao servidor público civil, efetivo ou comissionado, da Administração Direta, autárquica e fundacional do DF.
- (D) aos policiais civis e aos militares do DF.
- (E) aos membros dos Tribunais de Contas do DF.

QUESTÃO 53



No decorrer de um processo administrativo disciplinar contra um servidor efetivo distrital, verificou-se que o servidor acusado, por suas atribuições, tinha acesso direto às testemunhas e aos documentos relacionados à apuração, o que poderia comprometer a colheita de provas caso permanecesse em exercício.

Com base nessa situação hipotética e na Lei Complementar nº 840/2011, assinale a opção correta.

- (A) O servidor deve ser colocado em disponibilidade.
- (B) O servidor pode ser afastado preventivamente por até 60 dias, prorrogáveis uma única vez, sem prejuízo da remuneração.
- (C) É inadmissível o afastamento cautelar durante o processo administrativo disciplinar.
- (D) O afastamento preventivo do servidor depende de autorização judicial.
- (E) O servidor pode ser afastado e terá a remuneração suspensa enquanto durar o afastamento.

QUESTÃO 54

Com base no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM), aprovado pelo Decreto nº 42.590/2021, assinale a opção correta.

- (A) O enfrentamento da violência contra as mulheres constitui o núcleo do II PDPM, sendo as ações de educação, trabalho, saúde, participação política, diversidade e autonomia econômica tratadas como medidas complementares.
- (B) O II PDPM organiza propostas de políticas públicas voltadas à igualdade das mulheres e ao enfrentamento da discriminação de gênero, com ações e metas em eixos intersetoriais.
- (C) À área de saúde compete coordenar a execução do II PDPM, enquanto os demais órgãos públicos participam mediante encaminhamentos administrativos definidos por esse setor.
- (D) As ações do II PDPM adotam as mulheres urbanas adultas como público de referência, cabendo aos programas setoriais atender às especificidades das mulheres rurais, idosas, jovens e com deficiência.
- (E) A condução do II PDPM cabe aos órgãos de segurança pública, responsáveis pela execução, pelo monitoramento e pela definição das formas de participação da sociedade civil.

QUESTÃO 55



Com base no eixo Educação para Igualdade, previsto no II PDPM, assinale a opção correta.

- (A) No ambiente escolar, a igualdade de gênero e a prevenção da violência são desenvolvidas sob a coordenação dos serviços de segurança pública, responsáveis pela escuta qualificada e pela articulação da rede de atendimento.
- (B) A ampliação do acesso à educação e a promoção da cultura de paz orientam o eixo, enquanto o enfrentamento de preconceitos e discriminações ocorre por ações informativas periódicas dirigidas à comunidade escolar.
- (C) A formação de gestores, professores e estudantes é estruturada a partir do programa Maria da Penha Vai à Escola, que concentra as ações educativas de prevenção da violência previstas no eixo.
- (D) O eixo prevê ações de enfrentamento a desigualdades, preconceitos e discriminações, articuladas à educação cidadã, à prevenção da violência, à escuta qualificada e à atuação em rede.
- (E) O eixo organiza as ações preventivas sobre violência doméstica como conteúdo específico, enquanto direitos humanos e respeito às diversidades são tratados em atividades complementares da comunidade escolar.

QUESTÃO 56



Durante um atendimento no Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), uma mulher informou que o seu companheiro reteve os seus documentos pessoais, quebrou o seu telefone celular, tomou o seu cartão bancário e impediu o acesso ao dinheiro usado para despesas básicas da família.

Com base nessa situação hipotética e na Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha –, assinale a opção que apresenta a forma de violência caracterizada no contexto descrito.

- (A) violência moral
- (B) violência física
- (C) violência patrimonial
- (D) violência sexual
- (E) violência psicológica

QUESTÃO 57



Com base na Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – e em suas alterações, assinale a opção correta.

- (A) Feito o registro da ocorrência, a autoridade policial deve remeter, em 24 horas, cópia integral do inquérito ao juiz, ainda que a ofendida não tenha solicitado medida protetiva.
- (B) O pedido de medida protetiva deve ser encaminhado ao juiz em 48 horas, mas somente depois da instauração do inquérito policial, ainda que não tenha sido oferecida denúncia.
- (C) A autoridade policial deve encaminhar o pedido de medida protetiva ao Ministério Público, a quem compete submetê-lo ao juiz no prazo de 48 horas.
- (D) A remessa do pedido ao juiz no prazo de 48 horas é exigida apenas quando houver agressão física ou risco imediato de morte da ofendida.
- (E) Feito o registro da ocorrência, a autoridade policial deve remeter, em 48 horas, expediente apartado ao juiz, com o pedido da ofendida para concessão de medida protetiva.

QUESTÃO 58



Uma mulher procurou o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) e relatou que o seu ex-companheiro passou a ameaçá-la, persegui-la no trajeto para o trabalho e rondar a sua residência. Ela solicitou proteção e apresentou as suas alegações por escrito, mas ainda não registrou boletim de ocorrência. Também não havia inquérito policial nem ação penal ou cível em andamento, e a violência relatada ainda não recebeu tipificação penal. A avaliação inicial indicou que persistia risco à integridade física e psicológica da mulher.

Com base nessa situação hipotética, na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – e nas alterações promovidas pela Lei nº 14.550/2023, assinale a opção que apresenta a providência juridicamente correta.

- (A) O juízo poderá apreciar o pedido em cognição sumária, com base nas alegações escritas já apresentadas, sem exigir boletim de ocorrência, inquérito policial, ajuizamento de ação penal ou cível nem tipificação penal da violência. Além disso, a medida deverá vigorar enquanto persistir o risco identificado.
- (B) As alegações escritas permitem o exame inicial do pedido, mas a concessão da medida deverá aguardar o registro do boletim de ocorrência e a instauração do inquérito, que são necessários à definição preliminar da infração penal.
- (C) O juízo poderá conceder a medida com base nas alegações escritas e sem o registro de boletim de ocorrência. Contudo, deverá fixar um prazo máximo de 30 dias, ainda que persista o risco identificado.
- (D) A inexistência de ação penal ou cível e de inquérito policial não impedirá a análise do pedido, desde que sejam apresentadas tipificação penal prévia e prova documental das ameaças antes da concessão da proteção.
- (E) O pedido deverá ser indeferido, porque as alegações escritas, desacompanhadas de boletim de ocorrência e de prova documental, são insuficientes para a concessão da medida protetiva.

QUESTÃO 59



No Centro de Referência de Assistência Social de Ceilândia Norte (CRAS Ceilândia Norte), uma servidora ocupante do cargo de técnico em desenvolvimento e assistência social foi designada para apoiar a execução de uma ação intersetorial que envolvia assistência social, segurança alimentar e nutricional, direitos humanos, promoção da igualdade racial, inclusão de pessoas com deficiência e enfrentamento da violência contra as mulheres. A servidora questionou, então, se a atividade apresentava compatibilidade com sua carreira e com as atribuições de seu cargo.

Com base nessa situação hipotética e na Lei Distrital nº 7.484/2024, assinale a opção correta.

- (A) A designação é incompatível porque, embora a carreira abranja políticas intersetoriais, as atividades relacionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres serão reservadas ao cargo de especialista.
- (B) A designação somente será compatível se a servidora assumir a formulação, a coordenação, a supervisão e a avaliação da ação, pois essas atribuições são comuns aos dois cargos da carreira.
- (C) A servidora pode atuar em assistência social, segurança alimentar e direitos humanos, mas não em igualdade racial, inclusão da pessoa com deficiência ou promoção da mulher.
- (D) A designação é compatível, pois a carreira abrange diferentes políticas públicas, inclusive o enfrentamento da violência contra as mulheres e a promoção da mulher, cabendo ao técnico executar atividades de natureza executivo-operacional.
- (E) A designação é compatível quanto aos campos de atuação, com limitação à servidora para o apoio administrativo, sem a execução de atividades executivo-operacionais relacionadas à gestão dessas políticas.

QUESTÃO 60



Durante um evento institucional, um agente social deparou-se com uma situação de crise convulsiva de um colega de trabalho.

Com base nessa situação hipotética e tendo em vista as noções de primeiros-socorros no ambiente de trabalho, assinale a opção que apresenta as condutas corretas a serem adotadas pelo agente social.

- (A) colocá-lo sentado e mantê-lo alerta até a chegada da equipe de socorro
- (B) mantê-lo deitado em posição lateral, afastar os objetos e proteger a cabeça para evitar possíveis lesões
- (C) iniciar as manobras de compressão torácica
- (D) posicioná-lo em decúbito dorsal e elevar os membros inferiores para melhorar o fluxo sanguíneo
- (E) mantê-lo em local seguro e conter seus movimentos para que não se machuque



ANOTAÇÕES

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A atuação do cuidador social no acolhimento institucional de pessoas em situação de rua pressupõe a execução das rotinas institucionais e de cuidado em consonância com uma atenção humanizada, centrada na garantia de direitos e no fortalecimento da autonomia dos usuários. Nas situações que envolvem sofrimento psíquico ou demandas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, a articulação entre o SUAS e a Rede de Atenção Psicossocial, associada às estratégias de redução de danos e ao fortalecimento de vínculos, amplia as possibilidades de atendimento integral e reforça o caráter transitório do acolhimento institucional.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema proposto a seguir, defendendo uma tese de forma clara e fundamentada.

O papel do cuidador social na promoção da dignidade e da autonomia no acolhimento institucional de pessoas em situação de rua

Ao desenvolver seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- a) acolhimento institucional e autonomia;
- b) articulação intersetorial entre assistência social e saúde; e
- c) ética e garantia de direitos na atuação do cuidador social.